

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº de 2006 (Do Sr. Aroldo Cedraz)

Requer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados a realização de Reunião de Audiência Pública conjunta com a congênere comissão do Senado, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, para tratar da possível exclusão do Brasil do programa de isenção tarifária americano.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Ex^a, que após ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, a realizar-se em data a ser agendada, os senhores Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, a fim de prestarem informações sobre a possível exclusão do Brasil do programa de isenção tarifária americano.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil corre o risco de ser excluído do sistema estabelecido pelos Estados Unidos que dá isenção de tarifas para a importação de certos produtos. No dia 7 de agosto do corrente, Washington informou às autoridades brasileiras responsáveis pelas negociações internacionais que está iniciando pela primeira vez em 20 anos a revisão de sua política de preferências e uma das opções que está em estudo na Casa Branca seria a exclusão do País do sistema.

A exclusão do Brasil do sistema foi defendida pelo Senador Republicano Charles Grassley, do Estado agrícola do Iowa, Presidente da Comissão de Finanças do Senado. O senador responsabiliza o Brasil e a Índia pelo fracasso nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), alegando que os Estados Unidos não podem conceder benefícios comerciais a países que atuam contra os interesses americanos.

O programa, conhecido como Sistema Geral de Preferências (SGP, sigla em português), foi criado em 1974. Esse sistema prevê a importação, sem taxas, de todos os produtos enquadrados no programa e provenientes de determinados beneficiários e territórios (países em desenvolvimento). Atualmente, 133 países em desenvolvimento e 3,4 mil produtos se beneficiam de alguma forma do mecanismo. Mas o programa termina no final do ano e a Casa Branca já anunciou que tem a intenção de pedir ao Congresso sua renovação. A revisão começa com uma etapa em que empresas, governos e parlamentares podem fazer comentários em relação à manutenção das preferências até o dia 5 de setembro.

O Congresso americano tem renovado a autorização do SGP por prazos variáveis. Quando da sua renovação em 1984, foram apresentadas, dentre outras, as seguintes finalidades para seu funcionamento:

- 1) Promover o crescimento dos países em desenvolvimento;
- 2) Mostrar que o comércio, ao contrário da ajuda, é um meio eficaz e menos oneroso de promover o crescimento auto-sustentado;
- 3) Usufruir a vantagem de os países em desenvolvimento potencialmente representarem mercados com taxas mais elevadas de crescimento para as exportações norte-americanas;

- 4) Reconhecer que os países em desenvolvimento necessitam de divisas para honrar os seus compromissos financeiros internacionais.

Hoje, para fazer parte, os países precisam estar dentro de certos critérios: nível de desenvolvimento, o aumento de exportações e sua competitividade no mercado global e americano.

O problema é que, entre 2004 e 2005, as importações que entraram nos Estados Unidos e que se beneficiam do SGP aumentaram em 18%, somando US\$ 26,7 bilhões. Os críticos do programa ainda apontam que apenas alguns países estão se utilizando do sistema, enquanto os mais pobres continuam fora do mercado americano. O governo americano avalia agora a possibilidade de excluir países do sistema por dois motivos. O primeiro deles é que as exportações dentro do programa aos Estados Unidos superem a marca dos US\$ 100 milhões por ano e que sejam classificados pelo Banco Mundial como economias de renda média. Outro critério seria a de que os países excluídos sejam aqueles que representam mais de 0,25% das exportações mundiais, segundo dados da Organização Mundial do Comércio. Os países que entrariam nessa classificação são Brasil, Argentina, Índia, Rússia, África do Sul, Venezuela, Tailândia e Turquia.

No último ranking divulgado pela OMC, o Brasil representa 1% das exportações e ocupa a 23ª posição entre os principais parceiros comerciais. Para 2006, o País deve superar Suíça, Suécia e Áustria para ocupar a 20ª posição.

Os critérios estabelecidos pelo governo americano, porém, não são os únicos que ameaçam o Brasil. Como já mencionado, o senador americano Charles Grassley afirmou que apoiaria a exclusão do País e da Índia do SGP por suas condutas "pouco construtivas" nas negociações fracassadas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para diplomatas brasileiros, porém, a idéia não se sustentaria legalmente já que pelas leis da OMC não está permitido que se faça uma diferenciação entre países que ganham ou não benefícios por motivos políticos.

Cerca de 20% de tudo o que o Brasil exporta para os Estados Unidos entra no mercado norte-americano graças às preferências. De acordo com o *United States Trade Representative* (USTR), que é o órgão americano responsável pelo assessoramento do Presidente dos Estados Unidos para negociações internacionais, o Brasil exportou só ano passado US\$ 3,6 bilhões dentro do SGP, o que representa 13,6% de todas as exportações incluídas no programa. Cabe destacar que boa

Apresentamos o presente requerimento, esperando contar com o apoio dos nobres pares para sua aprovação, porque entendemos que a realização de audiência pública com a presença dos Exmos Senhores Celso Amorim e Luiz Furlan, e do Ilmo Senhor Paulo Skaff, permitirá uma profícua discussão com a sociedade brasileira sobre os rumos das exportações brasileiras sem o benefício do SGP, contribuindo com as ações que possam ser realizadas pelo Congresso Nacional para renovação do mecanismo, bem como com as ações do Poder Executivo nacional.

Deputado **AROLDO CEDRAZ**